

# Releituras feministas do complexo de Édipo: entre o modelo pré-edípico de Whitebook e a subversão edípica de Butler

Virginia Ferreira da Costa

UFES/Capes

## RESUMO

Dentre as releituras de Freud, Jessica Benjamin e Whitebook voltam-se ao domínio materno pré-edípico como salvaguarda de uma psicanálise feminista. Mas tal interpretação não mostra ser suficientemente crítica, pois transfere a preponderância do pai para a mãe, desconsiderando teorias não-binárias cujas fontes psicanalíticas se encontrariam em outras leituras não-oficiais de Freud. Tais seriam as visões de Loewald, Chodorow e Butler, que se concentram na complementaridade entre os desenvolvimentos pré-edípico e edípico ou na subversão interna do complexo de Édipo. Desse debate culminam dois modelos críticos contemporâneos baseados em perspectivas de gênero: binário materno x não-binário.

## PALAVRAS-CHAVE

psicanálise; feminismo; não-binário; teoria crítica; Édipo.

## ABSTRACT

Among the reinterpretations of Freud, Jessica Benjamin and Whitebook turn to the pre-Oedipal maternal domain as a safeguard for a feminist psychoanalysis. But such an interpretation would not be critical enough, because it transfers the preponderance of the father to the mother, disregarding non-binary theories whose psychoanalytic sources are found in other unofficial readings of Freud. Such were the visions of Loewald, Chodorow and Butler, which think the complementarity between pre-Oedipal and Oedipal developments or even the internal subversion of the Oedipus complex. From this debate originate two contemporary critical models based on gender perspectives: maternal binary x non-binary.

## KEY WORDS

psychoanalysis; feminism; non-binary; critical theory; Oedipus.

## Introdução

No que se refere à relação entre filosofia, psicanálise e feminismos, a teoria crítica se destaca como uma vertente reflexiva bastante importante. Ainda que pontos de vista feministas tenham sido incorporados a tal debate teórico crítico a partir dos anos 1970<sup>1</sup>, a pluralidade de perspectivas de gênero ganhou maior fôlego somente na última geração de autoras críticas – contando com nomes como Angela Davis, Jessica Benjamin, Iris Young, Nancy Fraser, Judith Butler, Wendy Brown, Drucilla Cornell, Seyla Benhabib, Amy Allen, Noëlle McAfee e indiretamente Silvia Federici, bell hooks e Donna Haraway, dentre outras.

Contudo, também a partir dos anos 1970, os principais pensadores da teoria crítica se afastaram da psicanálise em geral, principalmente a freudiana, cedendo esse lugar a vertentes da psicologia social e moral.

Considerando tal contexto, é bastante importante o esforço de Joel Whitebook em retomar a teoria freudiana na teoria crítica a partir de inquietações feministas. Na introdução à mais recente biografia de Freud, Whitebook revela a influência de nomes como Juliet Mitchell, Elisabeth Young-Bruehl, Jessica Benjamin e Nancy Chodorow enquanto psicanalistas feministas que alertaram para “a ausência da mãe na teoria freudiana, [...] [introduzindo] a mãe primeva [*early mother*] no centro de suas investigações.” (Whitebook, 2017, p. 15) Caminho esse trilhado pelo autor na biografia, principalmente na relação entre o conceito de Eros e a figura da mãe.

Por mais que a influência das autoras pese nas considerações de Whitebook, o autor enquadra tal investigação materna à teoria do psicanalista Hans Loewald, que distingue entre um pensamento freudiano paterno, edípico e oficial, e um materno, pré-edípico e não-oficial<sup>2</sup>. Esse enquadramento organiza a discussão entre concepções feministas e Freud, pois permite elencar críticas a noções edípicas centrais da psicanálise freudiana, sem que se percam aspectos menos evidentes de tal teoria, que podem ser considerados bases para o desenvolvimento de uma psicanálise feminista.

Segundo essa distinção, Loewald e Whitebook releem a posição “oficial” de Freud como aquela centrada em antagonismos (entre a realidade interna prazerosa e a dura realidade externa), tomando o objeto como primariamente hostil, contra o qual o Eu deve se defender. O pai seria o representante e veículo da realidade, e a relação edípica seria traduzida como essencialmente violenta, ameaçadora, castradora, sendo finalizada por uma renúncia à mãe. Metapsicologicamente, tal situação é traduzida pelo modelo de “descarga” para a “redução de tensão” do aparelho mental, expulsando os

---

<sup>1</sup> Ver Benjamin, 1977 e 1978, bem como Davis, 1977, para ficarmos em alguns exemplos.

<sup>2</sup> Ver Loewald, 1951.

estímulos pulsionais excedentes dos limites da consciência: ocorreria a exclusão daquilo que seria diferente do Eu, tanto interna quanto externamente.

Grosso modo, o maior incômodo feminista em relação ao complexo de Édipo é a sua ampliação fornecida por Freud, que o teria tomado como uma generalização “estrutural”, essencializada e substancializada. Tal imutabilidade presumível enrijeceria a constituição psíquica e esvaziaria as possibilidades de transformações históricas das funções femininas, tais quais elas aparecem na estrutura edípica clássica: “O problema óbvio nessa fábula [Édipo] é o papel que ela atribui às mulheres – como objetos passivos das fantasias e desejos dos homens, como nutrizes, em vez de criadoras da cultura humana” (Sprengnether, 2018, p. 66).

Freud produz várias torções em sua teoria para pensar a noção de feminilidade como derivada da centralidade fálica, as mulheres sendo consideradas como desvio do padrão masculino heterossexual de desenvolvimento psíquico. A inferioridade da menina diante da superioridade imediatamente reconhecida do pênis produz feridas psíquicas e sociais irrecuperáveis, segundo Freud. O destino feminino mais saudável possível se conforma em substituir o desejo de se ter um pênis pelo desejo de se ter um filho do pai. Assim, sem conseguir superar completamente o complexo de Édipo, a decorrente produção do Supereu, enquanto constituição moral, torna-se falha nas mulheres, elas sendo dotadas de menor senso de retidão ética e de autonomia relativamente às valorizações de justiça, respeito e bondade. As mulheres seriam menos racionais, menos autônomas, menos morais, mais neuróticas.

Munido de leituras feministas, Whitebook procura “enfrentar ‘o repúdio à feminilidade’, tanto clínica como culturalmente, de uma maneira que Freud, o patriarca do século XIX, não podia” (Whitebook, 2017, p. 626). Para tanto, ele concentra seus esforços nos posicionamentos não-oficiais de Freud, centralizados na figura da mãe na fase pré-edípica. Da perspectiva “materna”, a realidade não seria vista como externa, nem hostil à psique: a situação psíquica primordial seria a de uma “unidade primeva” na qual mãe e bebê estariam “fundidos”. Tanto o si mesmo quanto a alteridade seriam produzidos por diferenciação e desprendimento a partir de um próximo, não por antagonismo. Uma vez iniciado o processo de diferenciação da unidade, o Eu nascente se depara com uma nova tarefa: reintegrar o objeto igualmente recém-formado do processo de diferenciação – isto é, reincorporar o que se desprendeu de si e se tornou realidade externa.

Essa alternância de afastamento e reintegração estabelece o processo de desenvolvimento que pode ser descrito como uma contínua renegociação por separação e vinculação entre a psique e o mundo objetual. No lugar da dominação, as relações do Eu com o Isso, Supereu e realidade externa consistiriam em “chegar a um acordo”: seus conteúdos não seriam expulsos, mas sintetizados e organizados para

criar estruturas mais elevadas e diferenciadas do psiquismo. Estão relacionados a tal ponto de vista não somente os conceitos de Eros (1920), sublimação (1920) e narcisismo primário (1914), mas também as noções de *Nebenmensch* do *Projeto de uma psicologia científica* (1895) e de sentimento oceânico descrito em *Mal-estar na civilização* (1930). Além disso, Loewald dá bastante ênfase à exposição de um prazer que não seria alcançado por descarga pulsional, mas pela própria elevação da tensão psíquica, tal qual o exposto em *O problema econômico do masoquismo* (1924).

Em certa altura, Whitebook explica como Loewald não enfatiza a fase pré-edípica em detrimento da edípica:

A maneira de corrigir a hipostasiação unilateral da teoria edípica em relação à pré-edípica não é, ele observa, substituir “um conceito paternal de realidade” por “um conceito materno”. [...] A tarefa central da psique é conseguir uma integração ótima com a realidade [...]. No que diz respeito a essa tarefa e ao perigo que a acompanha, as perspectivas “paterna” e “materna” têm cada uma as suas vantagens e desvantagens complementares, e elas mesmas devem ser integradas em uma posição mais abrangente (*Ibid.*, p. 240).

Entretanto, apesar de tal apelo de Loewald, a reunião entre os aspectos pré-edípicos e edípicos da teoria freudiana não foi levada a cabo por Whitebook, uma vez que, na biografia, foi dado destaque à perspectiva materna.

Aqui, sustentamos que tal ênfase psicanalítica à perspectiva materna da qual padece Whitebook seria, ao menos em parte, decorrente do binarismo de gênero encontrado no debate de autoras psicanalíticas que o influenciaram. Se a teoria crítica de Whitebook, apesar de inovadora e necessária, ainda não nos parece ser suficientemente crítica, é não apenas porque ela sustenta a ênfase psicanalítica na função materna (invertendo o polo de preponderância do pai para a mãe), mas também porque desconsidera os desenvolvimentos não-binários de gênero cujas fontes psicanalíticas também estariam presentes em outras leituras não-oficiais de Freud.

Para tanto, é nosso intuito reconstruir um debate interno a diversas perspectivas psicanalíticas feministas que influenciaram Whitebook, comparando-as com a leitura *queer* da teoria freudiana empreendida por outra autora crítica contemporânea, a saber, Judith Butler. A escolha por Butler se justifica pelo seu debate psicanalítico empreendido com Juliet Mitchell, Nancy Chodorow e Jessica Benjamin, de modo que ela combate o binarismo de gênero dessas autoras, ao mesmo tempo em que erige a sua leitura *queer* não-oficial de Freud<sup>3</sup>. De certa forma, boa parte das críticas

---

<sup>3</sup> Seguimos aqui a intuição de Carla Rodrigues (2019) para quem Butler ainda não foi reconhecida no Brasil como uma autora que discute psicanálise – algo que acontece em diversos países. Este artigo constitui uma de algumas tentativas para desenvolver tal aspecto ainda escasso de leitura e interpretação de Butler no país.

de Butler a tais autoras pode ser dirigida à perspectiva de Whitebook, culminando em dois modelos críticos contemporâneos baseados em duas perspectivas de gênero: binário materno x não-binário.

A seguir, reconstituiremos alguns momentos das teorias de Juliet Mitchell, Nancy Chodorow e Jessica Benjamin que se mostram relevantes tanto para Whitebook<sup>4</sup> quanto para Butler, finalizando nosso texto com a exposição de parte do modelo crítico butleriano.

## Mitchell

Após a primeira geração de psicanalistas feministas – como Karen Horney, Melanie Klein e Clara Thompson, que procuraram modificar aspectos centrais da teoria freudiana, produzindo dissidências –, testemunhamos um momento de rejeição feminista de Freud, principalmente a partir de Simone de Beauvoir e Viola Klein, que recusaram o biologismo do autor que defende que “a anatomia é destino”. Tal cenário se modificaria apenas nos anos 1970, com os trabalhos da inglesa Mitchell, que insistiu na recuperação de Freud para o pensamento feminista.

Se as *French feminists* seguiram o Freud pensado por Jacques Lacan, vinculando-o a Louis Althusser, no cenário britânico as teorias culturais de Freud foram apropriadas para compreender a história da desigualdade sexual sob influência marxista. A partir de tal contexto, em seu livro *Psicanálise e feminismo* (1974), Mitchell defende que Freud seria um analista, não um produtor da sociedade patriarcal.

A psicanálise não descreve o que uma mulher é – muito menos o que ela deveria ser; ela só pode tentar compreender como a feminilidade psicológica se produz. [...] Ao tentar entender a psicologia das mulheres, Freud levou em conta as demandas culturais específicas que foram feitas sobre elas. Não era sua preocupação se isso estava certo ou errado, pois, a esse respeito, ele não era nem político nem moralista. Poderíamos ter preferido que ele fosse, mas nem em sua teoria nem em sua prática podemos encontrar uma desculpa para essa suposição (Mitchell, 1974, p. 338-9).

---

<sup>4</sup> Deixaremos de lado, portanto, Young-Bruehl dentre as autoras citadas por Whitebook justamente pelo entrelaçamento da vida e obra de Freud produzida pela autora, que define sua perspectiva como “crítica psicotéorica”. Ainda produziremos outro texto confrontando a produção biográfica freudiana de Whitebook com a da autora exposta em *Subject to Biography: Psychoanalysis, Feminism, and Writing Women’s Lives* (1998), comparando a importância da noção de Eros para Whitebook com o conceito de Supereu em Young-Bruehl. Influenciando-o, a autora demonstra haver inconsistências internas à noção de feminilidade na teoria freudiana que seriam apaziguadas se o autor tivesse feito uma revisão retrospectiva de suas formulações anteriores: “Tentei deixar algumas dessas inconsistências aparecerem e usá-las para indicar áreas onde, me parece, novos trabalhos precisam ser feitos” (Young-Bruehl, 1998, p. 166-7). Tais trabalhos estariam “latentes na visão de Freud sobre a psicologia feminina e precisam apenas de interpretação para se revelarem” (*Ibid.*, p. 167).

Segundo o posicionamento de Mitchell, a psicanálise freudiana seria uma das possibilidades de compreensão das noções de feminilidade e masculinidade organizadas pela cultura capitalista patriarcal. Isso quer dizer que a psicanálise não produz as diferenciações de gênero, mas evidencia o impacto subjetivo de tais determinações culturalmente produzidas.

É partindo de Reich, autor de grande influência na teoria crítica, que Mitchell reúne a crítica ao capitalismo com a psicanálise. Relacionando a vivência individual a determinações sociopolíticas, Mitchell defende que seria por meio da emancipação do capitalismo patriarcal que o posicionamento “inferiorizado” da mulher seria ultrapassado. A descrição edípica fornecida por Freud seria por ela compreendida como um retrato de uma forma hegemônica de socialização, diagnóstico de um problema social que deve ser conhecido para ser ultrapassado. Logo, o lugar da escuta psicanalítica da mulher, inaugurado por Breuer e Freud, iniciaria um caminho para a libertação, dada a importância da expressão e autocompreensão da mulher sobre si no processo emancipatório.

A partir de Mitchell, as teorias psicanalíticas feministas seguiram por ao menos dois caminhos, às vezes congruentes, mas outras vezes não. Ou as teóricas se voltariam para a construção de uma psicanálise feminista focada na fase pré-edípica essencialmente materna, produzindo teorias paralelas à freudiana – o que Whitebook denomina o “alargamento do escopo da psicanálise”. Ou ainda, psicanalistas feministas criticariam a própria formação edípica, subvertendo-a. Na primeira vertente, concentram-se notadamente as feministas binárias, mais próximas da “segunda onda” feminista. Mas é à crítica ao complexo de Édipo que se vinculam autoras da “terceira onda” não-binária, produzindo uma crítica mais imanente à Freud.

## **Chodorow**

Nancy Chodorow, psicanalista e socióloga norte-americana, se contrapõe diretamente ao posicionamento de Mitchell:

Ao contrário de Mitchell, sinto que muito dessa crítica é justificada. [...] Devemos enfrentar os excessos freudianos. Freud só às vezes descrevia como as mulheres se desenvolvem em uma sociedade patriarcal. Outras vezes, ele estava simplesmente fazendo afirmações infundadas que deveriam ser tomadas como nada mais do que isso, ou como afirmações sobre como as mulheres (e homens) deveriam ser. [...] A maioria não tem autorização clínica [...]. Em vez disso, elas partem de suposições culturais patriarcais não verificadas, das próprias cegueiras de Freud, desprezo pelas mulheres e misoginia, de afirmações sobre biologia que Freud não estava em posição de demonstrar a partir de sua própria pesquisa, de um sistema de valores patriarcais e uma teoria evolucionária para racionalizar esses valores (Chodorow, 1978, p. 142-3).

Em seu principal livro, *A Reprodução de Maternidade: a Psicanálise e a Sociologia do Gênero* (1978), Chodorow antecede ainda alguns dos desenvolvimentos de Butler ao denunciar como, em Freud,

o desenvolvimento da identidade de gênero é uma pré-condição do complexo de Édipo. Para que uma menina tenha a experiência edípica que supostamente tem, ela teria que conhecer seu próprio gênero (e as diferenças de gênero) para se conectar à mãe, ser vulnerável às diferenças na morfologia sexual e pensar essas diferenças materiais. De fato, o que ocorre para ambos os sexos durante o período edípico é produto desse conhecimento sobre o gênero e seu significado social e familiar, e não o inverso (como dizem os relatos psicanalíticos) (*Ibid.*, p. 151).

Nesse sentido, o autor não só inverte a ordem de conhecimentos e vivências infantis (tomando a heterossexualidade como pressuposto não revelado do complexo de Édipo), mas também submeteria a sexualidade a ditames reprodutivos: “Freud é um determinista biológico apenas em um sentido específico [...]: subjacente à posição psicanalítica, encontra-se a suposição de que essa diferenciação deve servir à reprodução biológica. Anatomia é destino, então, em um sentido funcional” (*Ibid.*, p. 154-5).

Em contrapartida, para Chodorow, a situação edípica não se vincularia à anatomia corporal, mas seria uma experiência relacional objetual que envolve todos os membros da família no desenvolvimento infantil. As alteridades materna e paterna, tomadas como objetos da realidade que orientam os destinos pulsionais da criança, teriam as mesmas condições de cuidarem de seus filhos, independente de suas morfologias físicas. “Todas as pessoas possuem a base relacional para cuidar dos filhos se elas próprias foram cuidadas por seus pais” (*Ibid.*, p. 87-8).

O que orientaria uma vinculação materna à criação infantil seriam ditames culturais que reservam às mulheres um lugar privado afastado do ambiente público. Para Chodorow, igualar maternagem [*mothering*] à maternidade [*maternity*] seria um resultado de determinações sociais: o discurso sobre a suposta denominação “natural” da mulher para a maternidade, o cuidado e o trabalho doméstico evitariam que tais atividades “naturalmente femininas” fossem remuneradas, o que leva à gratuidade da reprodução e manutenção da mão-de-obra trabalhadora do capitalismo. Ela defende que tais determinações sociais desiguais são reproduzidas na estrutura familiar, uma vez que a figura da mãe como cuidadora exclusiva implica em diferenciações na formação de meninos e meninas e reproduz a ideia, na vida adulta, de que só as mulheres exercem a função de cuidado. Assim, o capitalismo prolongaria a preponderância masculina, mesmo em famílias destituídas da figura paterna.

Sendo influenciada por Loewald<sup>5</sup>, e de extrema influência no pensamento de Jessica Benjamin, Chodorow defende a noção de maternagem enquanto parentalidade [*parenting*] compartilhada. Um modo de combater a desigualdade social enfrentada pelas mulheres em suas atividades extrafamiliares, assim como uma forma de ressignificar as objetificações da mulher, transformando, com isso, as noções de identificação e os papéis de modelo no universo infantil. Para tanto, ela retoma a explicação freudiana do complexo de Édipo, mostrando como os cuidados infantis, quando realizados somente por mulheres, forma meninos e meninas de modos diferentes.

Chodorow enfatiza como, no Édipo freudiano, a mulher não seria retratada como um sujeito com múltiplos interesses e autodeterminação. Isso seria decorrente da maternidade exclusiva, pois, na primeira infância, a separação entre o que é si mesmo e o que alteridade ainda está sendo formulada, de modo que o primeiro objeto pulsional da criança ainda não se mostra muito separado do Eu, sendo passível de maior projeção. A uniparentalidade leva à objetificação da cuidadora exclusiva:

Os filhos desejam permanecer unidos à mãe e esperam que ela nunca tenha interesses diferentes deles; no entanto, eles definem o desenvolvimento em termos de se afastar dela. [...] As mães [...] passam a simbolizar a dependência, o retrocesso, a passividade e a falta de adaptação à realidade. Apartar-se da mãe [...] representa independência e individuação, progresso, atividade e participação no mundo real (*Ibid.*, p. 82).

A mãe, sendo aquela a ser renunciada juntamente com os demais aspectos na infância e do princípio de prazer, iguala-se à impotência e desamparo a serem ultrapassados. Com isso, as crianças de ambos os sexos, justamente porque só são cuidadas pela mãe, procurariam por elementos de fuga em relação a ela, que simbolizariam a separação e aquilo que se diferencia dela, a saber, o pênis. Portanto, para Chodorow, seria o excesso de presença da mãe, e não a sua suposta falta constitutiva, que levaria ao enaltecimento e inveja do pênis.

Já o pai, na explicação freudiana do complexo de Édipo, aparece como um sujeito propriamente dito, permitindo a diferenciação pela promoção do princípio de realidade. Segundo tal esquema, só nos tornamos efetivamente maduros sob a intervenção paterna: enquanto a mãe seria considerada como afastada da realidade, o pai simbolizaria individuação e participação do mundo sociocultural. Sob tal ponto de vista, a mãe não conseguiria fomentar a autonomia de seus filhos, papel este reservado somente ao pai.

---

<sup>5</sup> Ver Chodorow, 2003.



Para Chodorow, disso decorrem disparidades na identificação com os papéis masculino e feminino: pelo cuidado quase que exclusivamente materno, o menino se vê obrigado a se identificar não com a figura física do pai, mas com a sua imagem fantasiosa, abstrata, idealizada. “Embora o pai represente a realidade para a criança, ele é ao mesmo tempo uma figura de fantasia cujos contornos, por estarem menos ligados a experiências reais de objeto relacionais para a criança, devem ser imaginados e muitas vezes, portanto, idealizados” (*Ibid.*, p. 79-80). Tal situação cria dificuldades para o desenvolvimento da noção de masculinidade, que deve se formar principalmente via termos negativos em relação à mãe enquanto única referência real: ser homem seria tudo o que não envolve o feminino.

Já em uma situação de “desgenerificação” [*degendering*] da maternagem, a menina seria capaz de manter seu vínculo com a mãe, o que permite o alcance da autonomia e separação normalmente alcançada pelos meninos. Isso porque a identificação com a mãe não será marcada pela falta, mas poderá representar parte da realidade cultural, modelo de socialização e diferenciação, papéis anteriormente “masculinos” no Édipo freudiano. Seriam modificadas noções como as de objeto projetivo – que poderia ser vinculado não só à figura da mãe na primeira infância, visto que os pais seriam inseridos no interior da zona de indiferenciação pré-edípica, modificando os sentidos de masculinidade não mais fantasiosa e distante, mas presente e passível de real ambivalência. E, finalmente, levaria a uma modificação da estrutura psíquica de meninos, que se formariam de modos menos rígidos, tecendo relações sociais menos antagônicas.

## Benjamin

Jessica Benjamin é uma das psicanalistas feministas que encontram na via pré-edípica materna de desenvolvimento psíquico uma possibilidade de teorização do feminino. Em tal momento anterior à solidificação dos papéis de gênero e à influência paterna, as primeiras noções de si mesmo e de alteridade estariam sendo construídas, sendo essa fase de suma importância para o pensamento social psicanaliticamente orientado.

Nesse âmbito, enquanto a abordagem de Chodorow se baseia em relações objetivas, Benjamin se revela uma psicanalista intersubjetiva, preocupada em abordar as relações sociais por meio da noção de pessoas tomadas não enquanto objetos pulsionais, mas sujeitos. Seu papel para a teoria crítica é primordial, por ser a primeira

autora a introduzir diretamente os estudos de gênero em questionamentos a Theodor Adorno e Max Horkheimer<sup>6</sup>, sendo de grande influência para Axel Honneth<sup>7</sup>. Em muitos de seus textos, com destaque para *The Bonds of Love: Psychoanalysis, Feminism and the Problem of Domination* (1988), Benjamin produz debates feministas teórico-críticos e psicanalíticos, argumentando inclusive com Chodorow. Apesar de conceber como louvável a proposta de Chodorow, Benjamin acaba por denunciar a insuficiência da coparentalidade familiar diante das imposições culturais: faltaria a Chodorow refletir sobre a relação entre família e sociedade.

A reorganização da parentalidade em famílias individuais não pode eliminar totalmente os efeitos da oposição binária [...]. A característica central do sistema de gênero – promover a masculinidade como separação e a feminilidade como continuidade com o vínculo primário – é mantida mesmo quando mãe e pai participam igualmente desse vínculo. Por exemplo, o cuidado primário do pai com o bebê não diminui a prontidão do menino para se identificar com as representações culturais de masculinidade [...]. Isso pode ocorrer porque os pais [...] ativamente, ainda que inconscientemente, moldam a identidade da criança de acordo com a cultura (Benjamin, 1988, p. 149-51).

Benjamin introduz sua teoria nos debates feministas quando se opõe ao que ela chama de perspectiva intrapsíquica freudiana, que compreende o bebê como uma mônada:

Até muito recentemente, a maioria das discussões psicanalíticas sobre a infância, o desenvolvimento inicial do Eu e a maternidade precoce retratavam o bebê como uma criatura passiva, retraída e até “autista”. Essa visão se seguiu de Freud, para quem a relação inicial do Eu com o mundo exterior era hostil, rejeitando seu impacto. [...] O cuidador aparecia apenas como um objeto da necessidade do bebê, e não como uma pessoa específica com existência independente (*Ibid.*, p. 15).

Benjamin se apoia em descobertas de Daniel Stern e John Bowlby para demonstrar como somos, desde o nascimento, seres sociais. Baseando-se em observações de bebês, ambos teorizam como a sociabilidade seria um fenômeno primário e não secundário no processo de subjetivação. Coube à própria concepção feminista de Benjamin adicionar o ponto de vista materno, enquanto sujeito relacional, à dualidade com o bebê.

Tal ênfase na fase pré-edípica levou Benjamin a procurar em Donald Winnicott concepções específicas da primeira infância que não estariam suficientemente desenvolvidas no pensamento freudiano. No texto *O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações* (1971), Winnicott repensa as relações interpessoais a

---

<sup>6</sup> Vide nota 1.

<sup>7</sup> Benjamin é citada em “Luta por reconhecimento” (1996/2009), principalmente na subparte sobre o “amor”.

partir do vínculo do bebê com a mãe “suficientemente boa”. A mãe suficientemente boa seria aquela não demasiado invasiva, evitando o excesso de presença, ou que não se mostra deprimida, escapando da ausência excessiva da mãe. Nesse texto, Winnicott pressupõe que, na relação mãe-bebê, também estaria envolvida uma dose de agressividade inevitável, principalmente na passagem da *relação de objeto* para o *uso de objeto*. Tal passagem em que o bebê tem uma relação onipotente com o objeto-mãe projetivo para um uso de objeto real-mãe só é possível a partir da destruição (simbólica) do objeto-mãe interno ao bebê, no qual o objeto real-mãe permanecerá e o objeto-mãe subjetivo será destruído.

Assim, para Winnicott, o objeto deve ser destruído dentro de nós para que saibamos que ele sobreviveu do lado de fora. A destruição do objeto relacionado a si seria um esforço de diferenciação, primordial para a constituição tanto da própria subjetividade do bebê, quanto da realidade externa. Além da destruição do objeto, seria necessária a sobrevivência do mesmo. Isto é, a mãe, que permanece ao lado do bebê mesmo com todas as agressividades que ele lhe submete, consegue manter a sua existência para além da projeção do bebê. Isso significa dizer que, para amar o objeto, é preciso se desfazer do controle onipotente projetivo sobre ele, reconhecendo a sua alteridade. Por isso, amor, para ele, não exclui a agressividade: seria através da destrutividade do objeto projetivo e de sua sobrevivência independente que o amor surge.

É somente após tal sobrevivência da mãe como sujeito independente do controle do bebê que se inicia o processo de reconhecimento. Do lado da mãe, o bebê é um estranho para ela, ela ainda não tem certeza de quem é esse bebê, embora saiba que ele já é alguém, uma pessoa única com seu próprio destino. A mãe já se mostra grata pela cooperação e atividade do bebê – sua vontade de ser acalmado, sua aceitação da frustração, sua devoção ao leite, sua concentração no rosto dela. Com isso, a relação mãe-bebê é estabelecida por algum nível de atividade de ambas as partes e, portanto, de reconhecimento – mesmo que seja um sentimento pouco compreensível para o bebê e paradoxal para a mãe, que lida com alteridade [*otherness*] e união [*togetherness*]. Tal nível de atividade de ambas as partes é o que Benjamin chama de reconhecimento mútuo.

O reconhecimento faz parte do caminho da subjetivação, que envolve uma tensão constante na qual reconhecer a alteridade seria ao mesmo tempo uma relação de aproximação em que a separação é determinada: “Estabelecer-me [...] significa conquistar o reconhecimento do outro, e isso, por sua vez, significa que devo finalmente reconhecer o outro como existente para si mesmo e não apenas para mim” (Benjamin, 1998, p. 28). O reconhecimento seria reflexivo e paradoxal: para nos certificarmos de nossa independência, precisamos ser reconhecidos como independentes por

um outro. O reconhecimento exhibe a dependência de si relativamente ao olhar do outro, o que leva ao medo de destruição e tentativa de controle.

Com isso, a tensão da possibilidade de dominação estaria inserida no processo de reconhecimento: o momento de ameaça da negação da diferença é uma etapa do reconhecimento e não é o mesmo que a sua ruptura. Isso não significa dizer que toda forma de negação leva necessariamente a uma forma de reconhecimento: uma cisão (*splitting*) relativa é diferente de uma ruptura total, um colapso (*breakdown*). O primeiro modo de elaborar a diferença no processo de subjetivação é fundamental para a manutenção da tensão entre o Eu e o outro; a segunda forma elimina essa tensão, pois *elimina a relação em si* – seja porque o outro é completamente assimilado por si, ou o Eu é completamente subjugado ao outro. Assim, a dominação e a submissão resultam de uma ruptura da tensão necessária entre a autoafirmação e o reconhecimento mútuo que permite que o Eu e o outro se encontrem como iguais soberanos.

Benjamin relembra que as divisões que excluem um dos polos da relação seriam provenientes da fase edípica, na qual o pai promove a separação violenta do filho relativamente à mãe, constituindo o caminho hegemônico para a autonomia, racionalidade, relação com a realidade externa e individuação – processos esses desvinculados do reconhecimento mútuo. Os dualismos oposicionais e não relacionais estariam, portanto, vinculados à influência masculina que impera nas sociedades. Assim, adiantando parte da concepção que virá a ser mais bem formulada por Judith Butler, Benjamin vincula a divisão binária de gênero ao masculinismo cultural:

A visão de reconhecimento entre sujeitos iguais dá origem a uma nova lógica – a lógica do paradoxo, de sustentar a tensão entre forças contraditórias. [...] O que não é inevitável é que esse confronto seja resolvido apenas pela cisão, e que essa cisão seja convencionalizada como oposição de gênero (*Ibid.*, p. 155-6).

Contudo, como veremos, Benjamin não implode as classificações binárias em si mesmas, mas as vincula a um ambiente intersubjetivo pretensamente neutro – o que virá a ser apontado como insuficiente por Butler.

## Butler

Judith Butler prossegue com parte do exposto pelas autoras anteriores em suas críticas freudianas. Tanto em *Problemas de gênero* (1990/2003) quanto na *Vida psíquica do poder* (1997/2017), Butler expõe como, apesar de Freud citar que haveria um Édipo positivo (heterossexual) e negativo (homossexual) se desenvolvendo em cada ser humano, isso não seria suficiente para explicar a passagem da bissexualidade inata a todos os seres humanos às escolhas paradigmáticas heterossexuais. Recuperando o que diz Chodorow, Butler nota que, para que a escolha objetual edípica ocorra, a

consumação do desejo heterossexual (não analisada por Freud) deve preceder o complexo de Édipo. Deste modo, Butler interroga o lugar do interdito do incesto na determinação da escolha de objetos sexuais, uma vez que, na situação do conflito edípico, a postura heterossexual já teria se sedimentado.

Embora Freud não o argumente explicitamente, dir-se-ia que o tabu contra a homossexualidade deve *preceder* o tabu heterossexual do incesto; o tabu contra a homossexualidade com efeito cria as “predisposições” heterossexuais pelas quais o conflito edipiano torna-se possível. O menino e a menina que entram no drama edipiano com objetivos incestuosos heterossexuais já foram submetidos a proibições que os “predisuseram” a direções sexuais distintas (Butler, 1990/2003, p. 143-4).

Se o tabu da homossexualidade precede o tabu do incesto edipiano, o medo da feminilização se encontraria na raiz do complexo de castração. A “angústia da feminização” estaria situada antes do medo da castração, sendo, na verdade, sua condição: “O fato de o menino geralmente escolher [a predisposição] heterossexual não resultaria do medo da castração pelo pai, mas do medo de castração – isto é, do medo da “feminização”, associado à homossexualidade masculina nas culturas heterossexuais” (*Ibid.*, p. 93).

Apesar de tais concordâncias com as autoras anteriormente comentadas, Butler não deixa de criticá-las, inserindo seus pensamentos não só no binarismo de gênero característico da “segunda onda” feminista, mas também no prolongamento de naturalizações sexuais. Acima, já adiantamos que, desde Beauvoir, as feministas separaram o sexo corporal do gênero social – dadas as evidentes diferenças anatômicas entre os sexos. Tal movimento seria decorrente da denúncia de Freud que vincularia a genitalidade à sexualidade em sua funcionalidade reprodutiva com centralidade fálica. A reprodução humana é tomada por Freud como pressuposto tácito de finalidade de órgãos sexuais, não como uma consequência contingente às práticas desses próprios órgãos.

Para a produção do próprio destino da mulher, as feministas da “segunda onda” se afastaram da materialidade anatômica do corpo sexual e de sua função reprodutiva, voltando-se à construção cultural do gênero. Com isso, as teóricas binárias não questionaram a construção do que significaria o natural, o sexual e o corporal em suas compreensões históricas, omitindo-se de desconstruir as naturalizações das funções reprodutivas do corpo. A sobreposição da funcionalidade reprodutiva sobre os genitais foi diagnosticada por tais autoras, mas não diretamente combatida.

A virada *queer* dos estudos feministas denuncia o prolongamento da naturalização do sexo pelas feministas anteriores. Butler, principalmente em *Corpos que importam* (1996/2019), demonstra como a categoria do gênero penetra ativa e unilateralmente

na materialidade do sexo, que aparecia, então, somente como uma natureza passiva. “Tal suposição da irredutibilidade material do sexo parece ter legitimado e autorizado epistemologias e éticas feministas. [...] De que forma hoje a materialidade do sexo é entendida como algo que apenas carrega construções culturais e, portanto, não poderia ser também uma construção?” (Butler, 1996/2019, p. 62).

Ao pensar a partir da noção de performatividade, Butler evidencia que a força de regulação dos sexos deve ser atuada repetidamente pelos conhecimentos sobre os corpos, de modo que o silenciamento sobre a construção anatômica, de certa forma, reforça os discursos hegemônicos. Com Butler, compreendemos como

“sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. [...] Em outras palavras, “sexo” é um constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo (*Ibid.*, p. 20-1).

As expressões masculinistas e heterossexuais tanto de gênero quanto de sexo seriam hegemônicas, não por algum vínculo com a natureza humana, mas por se constituir como uma repetição ritualizada de convenções socialmente impostas. O que se atualiza é uma espécie de cadeia de performatividades repetitivamente atuadas de forma similar, de modo que somente as imposições sociais da cultura asseguram a perpetuação das atuações de gênero atualmente predominantes. Estas não passam de construções de identidades de gênero pretensamente estáticas, sólidas, rígidas, profundas, substanciais, e por isso não podem se instituir como determinação total. Com isso, a construção performativa dos corpos abre brechas para modificarmos certos aspectos das determinações hegemônicas.

O regime de poder dos discursos mais difundidos, contudo, não nos deixa fugir completamente do heterossexismo e masculinismo, ambos nos constituem enquanto sujeitos. Suas repetições guardam em si a possibilidade de uma nova performance que não irá refundar as configurações de gênero, mas reencenar as performatividades dominantes por meio de uma nova experiência que permite certa modificação na ritualização das atuações de gênero pretensamente mais legítimas: “é somente *no interior* das práticas de significação repetitiva que se torna possível a subversão da identidade” (Butler, 1990/2003, p. 209). O que Butler sugere é um deslocamento na repetição inevitável das normas, replicando diferentes atuações das identidades de gênero – algo que o inconsciente, enquanto reserva plástica de pulsões e conteúdos, pode fazer, justamente por manter as identificações que foram renegadas.

É justamente porque o gênero é performativo que há possibilidades sempre iminentes de desvios das determinações impostas geracionalmente, mesmo que seja impossível ultrapassá-las totalmente. É exatamente esse o ponto de discussão entre Butler e Mitchell. Em *Rethinking social difference and kinship in Juliet Mitchell's Psychoanalysis and Feminism* (2012)<sup>8</sup>, Butler demonstra como o conteúdo a ser replicado entre as gerações deve necessariamente sofrer modificações, sendo impossível uma reprodução exata ao longo do tempo. Por isso, Butler discorda

que as estruturas parentais são as causas primárias ou fatores formativos no estabelecimento da orientação sexual quando as próprias estruturas parentais são formadas, até mesmo assombradas, por uma série de outras formas sociais, históricas e econômicas de organizar a reprodução e a criação dos filhos. Os pais vêm de algum lugar e são formados e assombrados tanto por processos inconscientes quanto por aqueles que sustentam. Como resultado, a díade pai-filho deve ser repensada dentro da historicidade do parentesco, e a maneira como a transmissão ocorre, se ocorrer, deve ser repensada também (Butler, 2012, p. 10-1).

Ou seja, em conformidade com Benjamin, Butler defende que se as determinações culturais moldam as influências geracionais, os pais não podem ser considerados os modelos últimos na formação dos filhos, mas a parentalidade segue os ditames sociais, mesmo que inconscientemente. A questão é o quanto tais ditames são historicamente modificáveis.

É imbuída desse espírito que Butler constrói uma leitura feminista e não-binária do complexo de Édipo freudiano, sendo considerado uma estrutura performativa geracionalmente repetida. Se a performatividade predominantemente reforçada como legítima ocorre por repetição geracional, então as modificações possíveis nas performances de gênero no interior das famílias terão consequências psíquicas e sociais para as formações subjetivas. Situando-se no meio do caminho entre a possibilidade de transformações por coparentalidade de Chodorow e os limites dessas modificações na estrutura social apontadas por Benjamin, para Butler, se tais constituições são geracionalmente herdadas e passíveis de modificações históricas, então o masculinismo e heteronormativismo pode ser, tanto individual quanto socialmente, ultrapassado no interior mesmo da matriz de poder, da qual não se pode fugir.

Por outro lado, se a díade pai-filho é atravessada pelas determinações sociais, Butler desconstrói também a díade mãe-bebê pensada por Benjamin. Em *Anseio de reconhecimento – comentário à obra de Jessica Benjamin* (2000/2016), Butler elogia os trabalhos da psicanalista, ressaltando como “Benjamin está trabalhando em direção

---

<sup>8</sup> Parte do exposto aqui se encontra publicado em Costa, 2021.

a uma psicanálise não heterossexista” (Butler, 2000/2016, p. 191), sua teoria do reconhecimento constituindo uma boa alternativa à triangulação masculinista do Édipo. Contudo, “esse enfoque [na identificação materna] tende a reforçar exatamente a estrutura binária heterossexista que cinzela os gêneros em masculino e feminino e impede uma descrição adequada dos tipos de convergência subversiva e imitativa que caracterizam as culturas gay e lésbica” (Butler, 1990/2003, p. 102-3).

A crítica de Butler à concepção do reconhecimento na díade mãe-bebê incide principalmente na impossibilidade de realização prolongada da concepção de reconhecimento por comunicação e acordo mútuos para além do ambiente clínico, o que revela a visão excessivamente positiva de Benjamin. Ou seja, a mesma crítica que Benjamin fez a Chodorow sobre a falta de vinculação de sua teoria com a realidade sociocultural, Butler também a dirige a Benjamin. Tal dificuldade em encontrar a vinculação da teoria com a realidade surge diante do caráter conflitual da psique, do inconsciente e das próprias relações sociais complexas realizadas por sujeitos que não são autoidênticos, nem mesmo transparentes a si mesmos.

Tentando sanar tal problema, Benjamin teria teorizado em textos posteriores (1998) (2012) a possibilidade de uma tríade relacional comunicativa não edípica baseada principalmente no pensamento de Jürgen Habermas. Tal modelo prevê uma mediação, um espaço intermediário ou terceiro entre mãe-bebê calcado na inclusão de ambos os dialógicos na construção de uma transcendência maior que eles. Entretanto, Butler também critica tal modelo de tríade comunicacional de Benjamin pela incapacidade desse modelo de “reconhecer a diferença tal como Benjamin mantém, porque resiste à noção de um eu que é ex-taticamente envolvido no Outro e descentrado através de suas identificações, as quais não excluem o Outro em questão” (Butler, 2000/2016, p. 191).

Butler denuncia como o descentramento subjetivo não seria abordado por Benjamin: a constituição de si a partir do outro não equivale a ser fundido a uma alteridade em um espaço comum. O máximo que Benjamin aceita seria aproximar reconhecimento da tensão da cisão (*splitting*) ocasional, e isso difere bastante da formação ek-stática a partir da alteridade. Quando o Eu e a alteridade são tomados como si mesmos em ambientes não fundidos, a vinculação à alteridade seria tomada como alienação e dominação por Benjamin. Já para Butler, toda a constituição de si ocorre a partir do outro, havendo aspectos positivos e negativos em tal processo.

A noção de reconhecimento de Butler ganha ares lacanianos bastante importantes, principalmente pela influência de interpretações hegelianas presentes na teoria do psicanalista francês. Trata-se da leitura de Jean Hyppolite sobre a dialética do senhor e do escravo segundo a qual o que ambos os polos em luta desejam é o desejo do outro: “o desejo do Outro se torna o modelo para o desejo do sujeito. [...] modelei meu



desejo segundo o desejo do Outro” (*Ibid.*, p. 192). Esse seria o caminho para Butler demonstrar como, em uma relação entre dois, estão envolvidas multiplicidades de desejos que se cruzam. Tal tríade entre o Eu, o outro e a miríade de desejos possíveis abre caminhos para se pensar uma teoria *queer*: “uma estrutura triádica para pensar sobre o desejo tem implicações para pensar o gênero além da complementaridade e para reduzir o risco de viés heterossexista implicado na doutrina da complementaridade” (*Ibid.*, p. 190). A título de exemplo, em uma relação heterossexual, uma mulher deseja um homem, bem como deseja igualmente a outra mulher que seu marido também deseja, cruzando-se desejos heterossexuais e homossexuais.

Seria justamente tal cruzamento de uma multiplicidade de desejos que é mobilizado por Butler em sua releitura de Freud. Sem descartar completamente a teoria freudiana, Butler a incorpora subversivamente, partindo do núcleo dominador do pensamento de Freud, a saber, o complexo de Édipo. Butler desenvolve tal noção de identificações múltiplas e simultâneas que abrem caminhos de constituição do não-binário, reintegrando o resto corporal que fora descartado pelas feministas binárias.

Inspirando-se em trabalhos de Jacqueline Rose (2005) e Jane Gallop (1982), Butler demonstra a instabilidade inerente às identidades sexuais, justamente pelas múltiplas identificações que se cruzam no inconsciente. Assim, o inconsciente do desejo possui uma potencialidade crítica: aquilo que fora afastado do Eu na formação sexual em nome das normas masculinistas e heterossexistas acaba invariavelmente retornando do recalçado, denunciando a impossibilidade da coerência autoidêntica do sujeito.

A “identidade sexual” é uma produtiva contradição em termos, pois a identidade se forma graças à proibição de alguma dimensão da própria sexualidade que a identidade assume, e a sexualidade, quando ligada à identidade, está sempre, de algum modo, solapando a si própria (Butler, 1997/2017, p. III-2).

Butler perfila sua releitura *queer* não-oficial de Freud a partir de *O Eu e o Isso* (1923) e *Luto e melancolia* (1914). Em 1923, Freud descreve como o Eu é formado por incorporações sucessivas de diferentes alteridades, identificações que eram anteriormente relações com objetos de amor que foram perdidos ou abandonados. A constituição do Eu descreveria, então, a linhagem de apegos e perdas de alteridades que formariam seu caráter, resíduo melancólico de lutos de amores não resolvidos: “Se um tal objeto sexual deve ou tem de ser abandonado, não é raro sobrevir uma alteração do Eu, que é preciso descrever como estabelecimento do objeto no Eu, como sucede na melancolia” (Freud, 1923/2011, p. 36). A melancolia seria uma reação psíquica à perda de um objeto investido libidinalmente (seja alguém, uma ideia, uma concepção de si mesmo) no qual o objeto perdido seria internalizado, constituindo parte de si mesmo. Tal internalização do objeto perdido seria ambivalente,

uma vez que a reação de agressão ou ódio contra ele (e contra a sua perda) se transforma em uma agressão do Eu contra si mesmo. Assim, se no luto o objeto perdido pode ser declarado morto, na internalização melancólica ocorreria a manutenção da existência do objeto perdido, conservado vivo no interior de si. Assim, a melancolia incorpora a perda, mas recusa o luto que reconheceria essa mesma perda.

Segundo Butler, parte das identificações sexuais do Eu com objetos de amor são recusadas pelas normas masculinistas e heterossexistas, resultando uma identificação de gênero melancólica. Já que tais perdas não puderam ser reconhecidas, o luto não pôde ser completo. Com isso, a autora destaca a importância do complexo de Édipo negativo homossexual atrelado ao positivo heterossexual: o negativo só se torna secundário, sendo deixado de lado na descrição de Freud, por obra da imposição social pela heterossexualidade que “*inviabiliza* a possibilidade do apego homossexual, uma forclusão da possibilidade que coloca a homossexualidade na categoria de paixão inviável e perda não pranteada” (Butler, 1997/2017, p. 143-4).

Por isso, o sistema masculinista heterossexual não abole a homossexualidade, mas a preserva internamente enquanto proibida. A matriz heterossexista produz o repúdio ou a expulsão do Eu de algumas formas de identificação, reservando a algumas identidades de gênero o lugar inconsciente de “abjeto”. Daí a importância da teoria melancólica de gênero, que se baseia em uma identificação homossexual recalcada, porém ainda ativa no inconsciente, que não pôde ser socialmente reconhecida, que não completou o ciclo do luto que reconheceria essa identificação. Tal identificação negativa melancólica homossexual estaria atrelada à identificação positiva do Édipo heterossexual e pode, a qualquer instante, retornar do recalcado, tomando a frente dos desejos do Eu.

## Conclusão

Em nosso texto de releituras não-oficiais das noções de feminilidade e gênero em Freud, passamos por diversas autoras e autores: recuperações de Freud (1914 e 1923), Loewald (1951), Mitchell (1974), Chodorow (1978), Benjamin (1988), Butler (1990-2012) e Whitebook (2017). Nesse percurso de quase 100 anos de produções investigativas, notamos como não só a teoria psicanalítica freudiana se mostra suficientemente intrigante para ser retomada em releituras tão diversas em um braço único de investigação. De todas as críticas que podem ser feitas a Freud, ao menos ele escapa daquela de ter construído uma sistematicidade fechada em seus pensamentos. Sua teoria segue a plasticidade do inconsciente, sendo permeável a inúmeras reconstituições. A psicanálise se mostra, então, como um campo de conhecimento e produção de discursos de poder em perpétua disputa.

Em nosso panorama circunscrito a alguns nomes da psicanálise feminista, percebemos haver duas leituras não-oficiais da feminilidade e estudos de gênero em Freud, que culminam não só em reflexões distintas sobre as possibilidades de relação com a alteridade, em diferentes concepções de feminilidade e subjetividade, mas em modelos de análise crítica sobre os identitarismos, exclusões e violências entre sujeitos.

Se Mitchell recupera Freud para o debate psicanalítico feminista (sendo, para tanto, até indulgente com alguns dos maiores equívocos de gênero cometidos por Freud), a partir dela vemos, por um lado, Benjamin e Whitebook voltando-se ao campo materno pré-edípico como salvaguarda de uma psicanálise feminista. Para seguir tal caminho, Whitebook invariavelmente optou pelo não prosseguimento de posicionamentos teóricos e resultados investigativos que apontavam a insuficiência da circunscrição à fase pré-edípica. Tais são, por outro lado, as visões de Loewald, Chodorow e Butler, aqueles menos afeitos ao estudo exclusivo da fase materna pré-edípica, voltando-se à complementaridade crítica entre as fases pré-edípica e edípica, ou ainda, à crítica e subversão interna do complexo de Édipo.

Especialmente Butler critica amplamente o binarismo de gênero, bem como noções de reconciliação materna que pautaram tanto a segunda geração da teoria crítica (Benjamin), quanto parte da “segunda onda” feminista. Ela denuncia as possibilidades de falsa reconciliação de noções pretensamente emancipadoras, que se pretendem reconciliadoras sem modificar internamente a centralidade da dominação. Se o núcleo subjugador da psicanálise se concentra no complexo de Édipo, manter-se em um nível de relações comunicativas complementares<sup>9</sup> que se dão em um ambiente exterior ao Édipo se assemelha a uma fuga ou ilusão que reproduz novas formas de dominação. Encontrando no centro do complexo de Édipo a possibilidade não-binária, Butler desconstrói a teoria mais masculinista e heterossexista da psicanálise freudiana, apropriando-a em uma leitura não oficial em prol da luta trans.

Vimos ser possível construir uma releitura do complexo de Édipo freudiano segundo a qual, sendo considerado uma lei geral hegemônica, seria um reflexo do posicionamento masculinista heterossexual no sistema de gênero prevalente, além de uma atuação performativa geracionalmente herdada. Se a vivência do complexo de Édipo não pode ser completamente ultrapassada, ela pode, contudo, ser performativamente atuada de formas desviantes de sua estrutura originalmente pensada por Freud. Se a performatividade predominantemente reforçada como legítima ocorre por repetição geracional, então as modificações possíveis nas performances

---

<sup>9</sup> Produz-se, de certa forma, um resto conceitual a ser averiguado em nossas análises futuras: como, ao seguir pela via materna pré-edípica, Whitebook, de certa forma, prolonga visões habermasianas que estariam presentes no pensamento de Benjamin. Autor que Whitebook, no geral em sua obra, critica diretamente.

de gênero no interior das famílias terão consequências psíquicas e sociais para as formações subjetivas, mesmo que isso não imploda completamente as determinações edípicas. No fundo, trata-se de uma acentuação ou radicalização do trabalho das feministas de “segunda geração”, a saber, a possibilidade de historicização de determinações sociais – seja sobre o gênero ou sexo – situando e atualizando a teoria freudiana segundo as exigências históricas emergentes.

## Bibliografia

- Benjamin, J. (1977) “The end of internalization: Adorno’s social psychology”. *Telos*, nº 32, p. 42-64.
- \_\_\_\_\_. (1978) “Authority and family revisited: or a world without fathers”. *New German Critique*, nº 13, Special Feminist Issue, p. 35-57.
- \_\_\_\_\_. (1988) *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*. New York: Pantheon Books.
- \_\_\_\_\_. (1998) *Shadow of the Other – intersubjectivity and gender in psychoanalysis*. New York/London: Routledge.
- \_\_\_\_\_. (2012) “Intersubjectivity, recognition and the third. A comment on Judith Butler”. In: Ricken, N.; Balzer, N. (orgs.). *Judith Butler: Pädagogische Lektüren*. Bremen: Springer VS, p. 283-301.
- Butler, J. (1990/2003). *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Trad. R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1996/2019) *Corpos que importam – os limites discursivos do “sexo”*. Trad. V. Daminelli; D. Y. Françoli. São Paulo: n-1 edições.
- \_\_\_\_\_. (1997/2017) *A vida psíquica do poder – teorias da sujeição*. Trad. R. Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica.
- \_\_\_\_\_. (2000/2016) “Anseio de reconhecimento”. Trad. Jainara Gomes de Oliveira e Tarsila Chiara A. S. Santana. *Equatorial*, vol. 03, nº 05, p. 185-207.
- \_\_\_\_\_. (2012) “Rethinking social difference and kinship in Juliet Mitchell’s Psychoanalysis and Feminism.” *Differences*, vol. 23, nº 2.
- Chodorow, N. (1978) *The reproduction of maternity: Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press.
- \_\_\_\_\_. (2003) “The psychoanalytic vision of Hans Loewald.” *International Journal of Psychoanalysis*, London, 84, p. 897-913.
- Costa, V. H. F. (2021) “A historicização da herança geracional segundo a teoria freudiana: um imperativo para os estudos psicanalíticos feministas.” *Aurora*, Curitiba, vol. 33, nº 58, p. 30-48, jan./abr.
- Davis, A. (1977) “Women and Capitalism: Dialectics of Oppression and Liberation”. In: Parsons; Sommerville (eds.). *Marxism, Revolution, and Peace*. Amsterdam: B. R. Grüner.

- Freud, S. (1985/1992) "Proyecto de psicología." In: Freud, S. *Obras completas Vol. 1* (1886-1899). Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- \_\_\_\_\_. (1914/2010) "Introdução ao narcisismo." In: Freud, S. *Obras Completas*, vol. 12 (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1914/2010) "Luto e melancolia" In: *Obras completas*, vol. 12 (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1920/2010) "Além do princípio do prazer." In: Freud, S. *Obras Completas*, Volume 14 (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1923/2011) "O eu e o id." In: Freud, S. *Obras Completas*, vol. 16 (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1924/2011) "O problema econômico do masoquismo." In: Freud, S. *Obras Completas*, Volume 16 (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1930/2010) "O Mal-estar na Civilização." In: Freud, S. *Obras Completas*, vol. 18 (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gallop, Jane. (1982) *Feminism and Psychoanalysis: The daughter's seduction*. London: The Macmillan Press.
- Honneth, A. (1992/2009) *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Loewald, H. (1951) "Ego and reality." *International Journal of Psychoanalysis*. London, 32, p. 10-18.
- Mitchell, J. (1974) *Psychoanalysis and Feminism – a radical reassessment of Freudian psychoanalysis*. New York: Basic Books.
- Rodrigues, C. (2019) "Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil". *Em Construção*, nº 5, p. 59-72.
- Rose, Jacqueline (2005) *Sexuality in the field of vision*. London New York: Verso.
- Sprengnether, M. (2018) *Mourning Freud*. New York/London: Bloomsbury.
- Whitebook, J. (2017) *Freud – An Intellectual Biography*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Winnicott, D. W. (1971/1994) "O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações". In: *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Young-Bruehl, E. (1998). *Subject to Biography: Psychoanalysis, Feminism, and Writing Women's Lives*. Cambridge; London: Harvard University Press.